

Descaracterização no patrimônio eclético de Pelotas/RS:

conceitos e proposta de método de análise

Juliana Cavalheiro Rodrighiero, Ana Lúcia Costa de Oliveira*

Resumo O artigo busca uma discussão conceitual, sobretudo prática, entorno da descaracterização arquitetônica de edificações Ecléticas de Pelotas — cidade localizada ao Sul do Rio Grande do Sul. O Patrimônio Eclético da cidade, é considerado como um dos mais representativos do país e, embora disponha de leis e órgãos responsáveis pela sua salvaguarda, é possível verificar a presença de sucessivas intervenções inadequadas que, conseqüentemente, proporcionam a descaracterização. Logo, a pesquisa propõe um método de análise e a sua aplicabilidade, por meio do enquadramento de edificações de diferentes tipologias, em um grau de descaracterização. O termo descaracterização utilizado neste estudo, provém da perda do caráter, no qual, além de afetar a estética, também pode comprometer o próprio significado cultural deste Patrimônio.

Palavras-chave: preservação de patrimônio cultural, patrimônio arquitetônico de Pelotas, descaracterização de edificações.

Decharacterization in heritage eclectic of Pelotas/RS: concepts and proposal of method of analysis

Abstract The article seeks a conceptual discussion, mainly practical, surrounding the architectonic decharacterization of buildings eclectic of Pelotas - a city located in the South of Rio Grande do Sul. The City's Eclectic Heritage, is considered to be one of the most representative in the country and, although it has laws and bodies responsible for its safeguarding, it is possible to verify the presence of successive inadequate interventions that, consequently, provide the decharacterization. Therefore, the research proposes a method of analysis and its applicability, through the framing of buildings of different typologies, in a degree of decharacterization. The term decharacterization used in this study comes from the loss of character, which, in addition to affecting aesthetics, may also compromise the cultural significance of this Heritage.

Keywords: preservation of cultural heritage, architectural heritage of Pelotas, decharacterization of buildings.

Descaracterización en el patrimonio eclético de Pelotas/RS: conceptos y propuesta de método de análisis

Resumen El artículo busca una discusión conceptual, especialmente práctica, en torno a la descaracterización arquitectónica de los edificios ecléticos de Pelotas, una ciudad ubicada en el sur de Rio Grande do Sul. El patrimonio eclético de la ciudad está considerado como uno de los más representativos del país y, aunque tiene leyes y organismos responsables de su salvaguarda, es posible verificar la presencia de intervenciones inadecuadas sucesivas que, en consecuencia, proporcionan la descaracterización. Por lo tanto, la investigación propone un método de análisis y su aplicabilidad, a través del encuadre de edificios de diferentes tipologías, en un grado de descaracterización. El término decharacterización utilizado en este estudio proviene de la pérdida de carácter que, además de afectar a la estética, también puede comprometer la importancia cultural de este patrimonio.

Palabras clave: preservación de patrimonio cultural, patrimonio arquitectónico de Pelotas, descaracterización de edificios.

Este artigo representa uma síntese da dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo intitulada “Descaracterização no ecletismo da cidade de Pelotas/RS: proposta de Método de Análise”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) na linha de pesquisa “Teoria, História, Patrimônio e Crítica” da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A cidade de Pelotas, entre os séculos XIX e XX, vivenciou um apogeu econômico proveniente da expansão da exportação do charque¹, que além de impulsionar o desenvolvimento urbano da cidade, também contribuiu para estilização de fachadas e volumetrias de casarões, que na época, buscavam inserir-se ou adaptar-se ao gosto moderno, isto é, o estilo Eclético. Muitas destas edificações, que anteriormente serviam apenas como moradia, atualmente, são consideradas como Patrimônio da cidade. De acordo com a Secretaria Municipal da Cultura (SECULT), o Patrimônio Arquitetônico da cidade, apresenta quatro estilos predominantes: Luso-Brasileiro, Eclético, Eclético de Transição e Pré-Moderno. Dentre estes, o conjunto arquitetônico Eclético Historicista, é considerado como um dos mais simbólicos e representativos do país (DIOGO, 2009).

Efetivando essa representatividade, recentemente, em 2018, Pelotas foi contemplada com dois reconhecimentos ao nível federal: o Tombamento do Conjunto Histórico² e o reconhecimento do doce tradicional³ de Pelotas como Patrimônio Imaterial do Brasil. O conjunto histórico de Pelotas, contempla quatro praças, sendo elas José Bonifácio, Coronel Pedro Osório, Piratinino de Almeida, Cipriano Barcelos e o Parque Dom Antônio Zattera, conjuntamente com a Charqueada São João e a Chácara da Baronesa. Especialmente as praças Coronel Pedro Osório e José Bonifácio, reúnem em seu entorno, expressivas edificações do Eclético Historicista, onde algumas, além de inventariadas pela cidade, também são tombadas ao nível federal, estadual ou municipal.

Por consequência, devido a relevância e importância destas edificações para a história, cultura e, sobretudo, arquitetura da cidade, ao longo do tempo, foram desenvolvidas diversas legislações e normas de preservação para garantir a salvaguarda do Patrimônio pelotense. No entanto, embora tais leis denotem consistência e eficiência, é possível verificar, especialmente no centro da cidade e em zonas comerciais, que uma parcela significativa do Patrimônio, sofreu com intervenções inadequadas, que proporcionam, conseqüentemente os processos de descaracterização. Para identificar a descaracterização e mensurar o quanto deste Patrimônio ainda está preservado, foi necessário realizar uma análise crítica e pontual de fachadas e volumetrias de edificações inseridas no inventário.

Todavia, para tais análises, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e a Secretaria

* Juliana Cavalheiro Rodighiero é Bacharel em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, professora da Universidade Federal de Pelotas, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-9832-8837>>. Ana Lúcia Costa de Oliveira é Arquiteta e Urbanista, professora da Universidade Federal de Pelotas, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-4608-2764>>.

¹ Carne bovina que sofre por processo de dessecação ao sol.

² Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/br/br/noticias/detalhes/4652/conjunto-historico-de-pelotas-rs-agora-e-patrimonio-cultural-do-brasil>>.

³ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/br/br/noticias/detalhes/4653/tradicao-doceira-de-pelotas-rs-e-reconhecida-como-patrimonio-imaterial-brasileiro>>.

Municipal da Cultura (SECULT) não dispõem de um método ou metodologia específico para avaliar a descaracterização em prédios históricos. Por este motivo, a pesquisa oportuniza a elaboração de um método inédito de análise da descaracterização do Patrimônio Eclético, o que a torna de extrema relevância para a área.

Para mais, a finalidade do método desenvolvido, não é penalizar ou desqualificar o imóvel, mas sim, enquadrá-lo em um grau de descaracterização e mensurar a sua preservação. Por isso, o método tem como ênfase as análises de fachadas e volumetrias, e para o seu desenvolvimento, foram realizadas pesquisas de campo, que contribuíram para a identificação das principais descaracterizações presentes, para por fim, tabular e inserir os imóveis em um grau de descaracterização.

Preservação patrimonial em Pelotas: arquitetura eclética e legislações de preservação

O Eclétismo — que é o estilo predominante em Pelotas, teve suas primeiras manifestações na Europa a partir do século XIX, sob forma de reação a crise do classicismo, que ocorreu no final do século XVIII. Esta crise, além de romper com o pensamento de que à arquitetura clássica deveria ser à única referência a ser utilizada, também, proporcionou à inserção de novos estilos, especialmente, o moderno. O Eclétismo, permitiu o pluralismo, por meio da utilização de diversos estilos em uma mesma obra, sobretudo, os estilos Góticos e Românticos. Além disso, Ching (2010) conceitua o Eclético como um movimento, no qual, existe uma tendência — tanto da arquitetura quanto da arte — em misturar e combinar diferentes fontes dos estilos históricos.

Para mais, o Eclético também é considerado como um dos estilos mais polêmicos, pois durante anos, esteve associado à imitação e a um não-movimento de arte (intimamente ligado à cópia): “movimento ou tendência resultante da falta de originalidade e de caráter na obra arquitetônica” (CORONA E LEMOS, 1972, P. 177). No entanto, esta associação, poderia estar correlacionada à interpretação errônea da palavra (WEIMER, 1987), já que, de acordo com Mahfuz (1995), o eclétismo associa-se ao método mimético, porém, sua relação não está ligada ao sentido de imitação de edifícios inteiros, mas sim, de partes pormenores, que geram, portanto, novos objetos. Além disso, se até o século XVIII à imitação estava correlacionada à imitação estética, depois disso, à intenção da imitação, era transmitir algum significado por meio da associação de ideias (MAHFUZ, 1995).

No Brasil, embora tardiamente a Europa, à inserção do movimento foi percebida através do abandono gradativo do estilo Luso-Brasileiro — ou denominado Arquitetura Colonial, especialmente durante o século XIX (FABRIS, 1993). Já no Rio Grande do Sul, as primeiras manifestações Ecléticas, foram percebidas somente após a Revolução Farroupilha (GUTIERREZ, 1999). Assim como na Europa, o Eclétismo vivenciado no Brasil, também foi contemporâneo à urbanização das cidades (SANTOS, 2014) e, foi necessário desenvolver um sistema que representasse à presença de uma corte no Brasil (SCHELEE, 1993).

Santos (1997) e Schlee (1993), são considerados como autores-referência sobre estudos acerca do Eclétismo em Pelotas. Desta forma, pensando no Eclétismo desenvolvido na cidade, é possível conceituá-lo como a conjugação de elementos compositivos

e artísticos de épocas e nacionalidades diferentes (SANTOS, 1997), o que pode ser definido pelo Eclético Historicista, no qual, se:

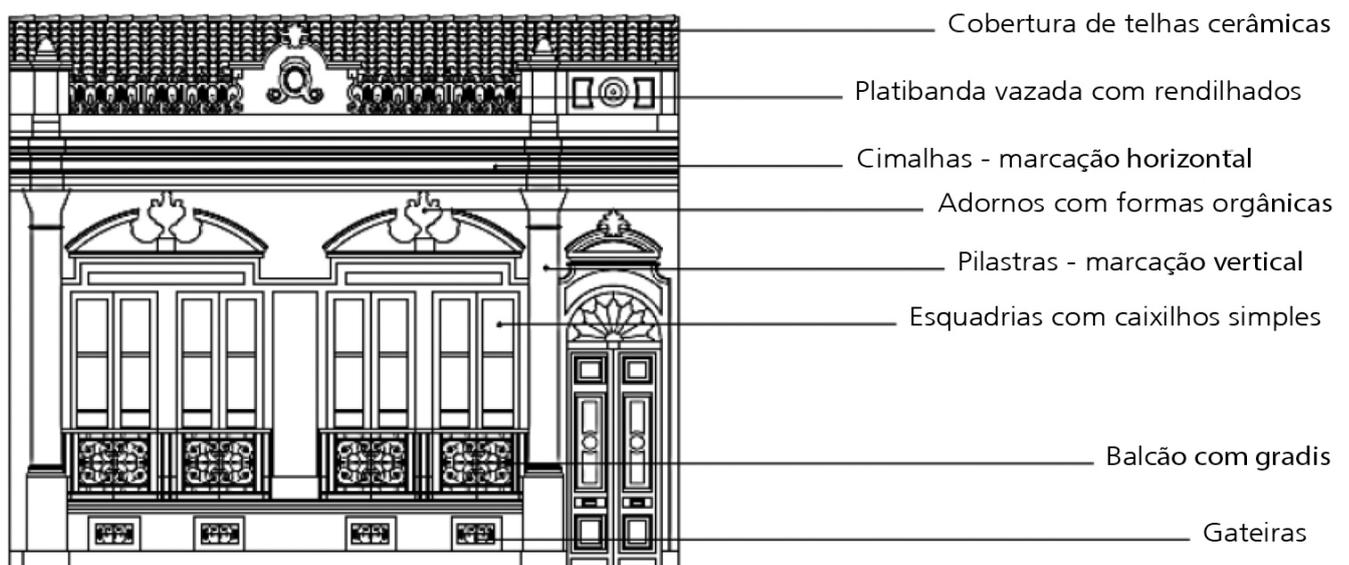
“Desfruta da possibilidade, de permitir a utilização, ou a reutilização, da arquitetura do passado em um sentido representativo ou evocativo, para afirmar valores de uma classe em ascensão e legitimar o seu êxito social” (SCHLEE, 1993, P.14).

Schlee (1993) categoriza que Pelotas vivenciou dois momentos do Eclétismo: 1º Período Eclético (1850 – 1900) e 2º Período Eclético (1900 – 1930), assim como, Santos (1997) descreve o período da consolidação (1870 – 1889) e desenvolvimento (1890 – 1931). Estas duas delimitações, além de denotar datas similares, também, são categorizadas com as mesmas características: o primeiro período, é marcado pela mão-de-obra escrava, com composições simétricas e ornamentos decorativos e, o segundo, com a mão-de-obra livre — especialmente imigrantes — com uma maior simplificação dos elementos compositivos e decorativos (SCHLEE, 1993; SANTOS, 1997). O segundo período apresentado, por ambos, também pode ser associado ao estilo arquitetônico Eclético de Transição, que representa o estilo de passagem entre o Eclético e o Pré-Moderno⁴.

Dentre as principais características formais do Eclético — primeiro período ou período de consolidação (Figura 1), estão à marcação horizontal e vertical; esquadrias com formas verticalizadas, caixilhos simples com bandeira, molduras e arremates trabalhados, vergas retas; adornos com formas orgânicas; uso de platibanda bem trabalhada, com formas vazadas como balaústres e/ou rendilhados (PELOTAS; SECULT, 2008).

4 O termo “Pré-Moderno” definido pela SECULT, para Schlee (1993), representa o Terceiro Período Eclético ou Primeiro Período Moderno. Além disso, também pode ser definido como Proto-modernismo ou Art Déco, no qual, nota-se linhas dispostas geometricamente e horizontalmente nas fachadas das edificações (MOURA, 1998).

Figura 1: Modelo ilustrativo do Manual de Usuário de Imóveis Inventariados, que elenca as principais características da Arquitetura Eclética de Pelotas. Fonte: PELOTAS; SECULT, 2008.



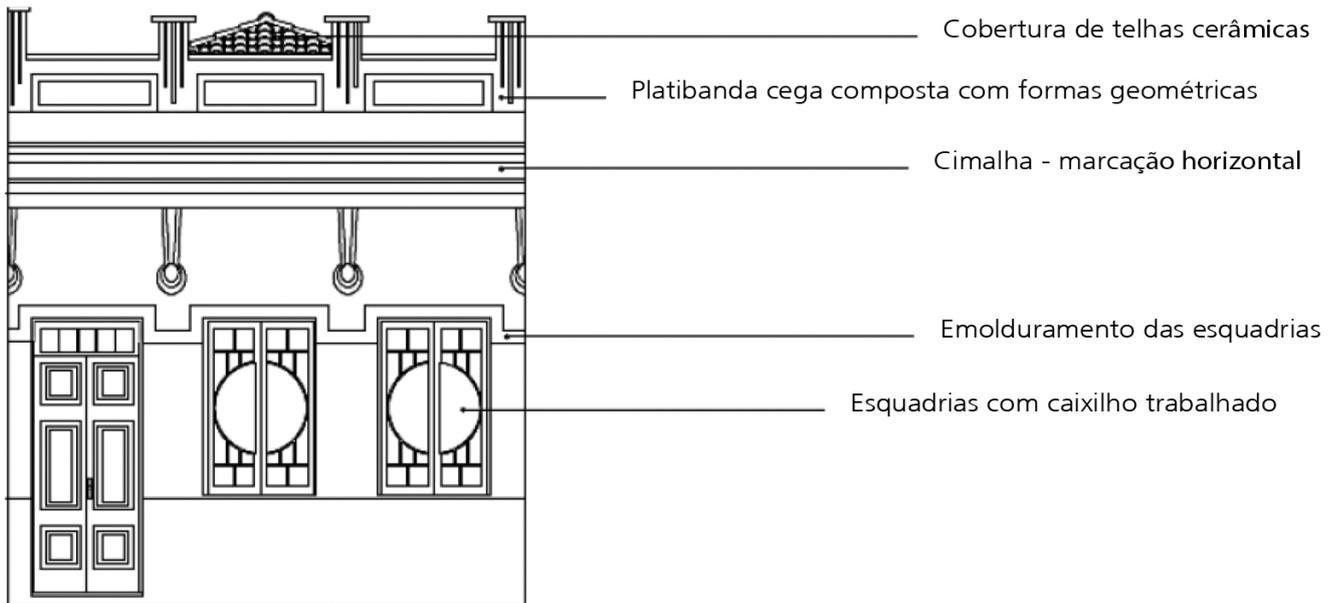


Figura 2: Modelo ilustrativo do Manual de Usuário de Imóveis Inventariados, que elenca as principais características da Arquitetura Eclética de Transição de Pelotas. Fonte: PELOTAS; SECULT, 2008.

Já o Eclético de Transição — segundo período ou período de desenvolvimento (Figura 2), apresenta como principais características, à presença de marcação horizontal e vertical; esquadrias com formas variadas e caixilhos trabalhados; adornos com formas geométricas; uso da platibanda bem trabalhada com elementos de formas simplificadas (PELOTAS; SECULT, 2008).

Com o propósito de proteger os imóveis que reportam, especialmente, aos estilos mencionados, à busca pela preservação patrimonial em Pelotas se intensificou a partir de 1978, através da Carta de Pelotas — denominada também de “Patrimônio pede socorro”. Essa carta, “teve como mote à denúncia em relação à dilapidação do Patrimônio Ambiental Urbano das cidades gaúchas” (OLIVEIRA E SILVEIRA, 2014, P. 579). Posteriormente, em 1980, a cidade elaborou o seu II Plano Diretor (lei nº 2.565/80), com um discurso preservacionista, porém, contraditório: embora o plano enfatizasse a importância da preservação do Patrimônio e a necessidade de criação das Zonas de Preservação, em contrapartida, Almeida e Bastos (2006), mencionam o incentivo da ocupação das áreas centrais, através da construção dos edifícios em altura — onde, estavam localizados a maior concentração de bens históricos.

Estas ações durante o período, conseqüentemente, incentivaram e proporcionaram um princípio de substituição e demolição de edificações históricas. Para amenizar tais questões, em 1982, Pelotas promulgou a primeira lei em prol do Patrimônio (nº 2.708/82), que buscou indicar diretrizes de preservação para o Patrimônio da cidade. Além disso, a lei também criou o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHC), cujo corpo técnico integrava profissionais de áreas interdisciplinares e, foi responsável pela análise e inserção de diversos prédios no inventário e tombamentos, sendo classificados como provisórios ou definitivos.

Apesar disso, às ações do COMPHIC tiveram uma aceitação negativa por parte dos proprietários dos prédios, o que, de acordo com Rinaldi (1997) levou diversos proprietários à recorrerem ao nível administrativo e judiciário para revogar esse “valor patrimonial”. Como consequência, no período de 1978 a 1997, cerca de 57 casarões foram demolidos (ROIG, 1997). Posteriormente, em 1996, foi criado o Conselho Municipal da Cultura (CONCULT), que ficou responsável por aprofundar as questões que tinham sido desenvolvidas pelo COMPHIC.

Apesar disso, à mudança substancial na preservação do Patrimônio, aconteceu, com a criação do Sistema Municipal de Preservação Cultural (SIMPAC), através de uma mobilização entre a UFPel e o poder público. Dentre às ações do SIMPAC, a principal, foi impulsionar a elaboração da lei nº 4.568/2000 (ALMEIDA E BASTOS, 2006), que corresponde ao atual e principal instrumento de proteção utilizado pelo município, onde, são determinadas às diretrizes de preservação para os imóveis inventariados, tendo como prioridade: fachadas e volumetrias. Adiante, em 2005, foi promulgada a lei nº 5.146/2005, que prevê a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), aos imóveis integrantes do inventário, o qual possibilita ao proprietário investir o valor do benefício em melhorias no imóvel.

Em contrapartida, apesar desta trajetória política e a presença de leis de preservação, é possível verificar nos prédios históricos inventariados, especialmente os Ecléticos, diversas intervenções inadequadas que afetam às características formais e estéticas das fachadas e volumetrias. Tais alterações, podem ser resultantes do crescimento urbano acelerado da maioria das cidades brasileiras, onde, colocam em risco, principalmente, o Patrimônio Arquitetônico, proporcionando a descaracterização.

Descaracterização: o conceito

Para desenvolver o método de análise da descaracterização, foi necessário consolidar esta terminologia e compreender a sua representação conceitualmente, para identificar de que forma, pode afetar o Patrimônio Arquitetônico. No entanto, na literatura, assim como o método, o conceito é escasso, pois não há uma definição conceitual-teórica que denote, como a descaracterização pode atingir o Patrimônio. A definição de Patrimônio, pode ser compreendida como a maneira da sociedade se expressar, seja ela de forma material ou imaterial (HARTOG, 2014). O Patrimônio Imaterial — que não é o objeto de estudo deste artigo — de acordo com a Constituição Federal de 1988, faz referência às formas de expressão, aos saberes e tudo aquilo que tem valoração, mas é intangível.

Já o Patrimônio Material, que contempla os Bens Arquitetônicos, representa todos os bens, onde a sua classificação está associada à sua natureza, ou seja, que pode ser inserido em um dos quatro livros tombo: “Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; no Livro do Tombo Histórico; no Livro do Tombo das Belas Artes; no Livro do Tombo das Artes Aplicadas. (DECRETO Nº 25, 1937). Sendo assim, podemos considerar que a preservação do Patrimônio Material, além de salvaguardar às questões físicas e materiais, também assegura o significado cultural da obra.

Desta forma, quando um bem arquitetônico é elevado a condição de Patrimônio, se considera de que este, além de apresentar uma relevância material, também possui um

significado cultural, seja para à sociedade em geral ou para um grupo, no qual, estão inseridos em um contexto específico. Por isso, quando se pensa na descaracterização arquitetônica, se considera, que esta, além de apagar as referências históricas e afetar na paisagem urbana, também compromete a identidade local (GUTIERREZ, 1989). Similarmente, o termo descaracterização, pode ser associado a desvalorização dos tipos, de acordo com os seus aspectos fundamentais (JANTZEN E OLIVEIRA, 1996).

Apesar disso, a primeira descrição acerca da descaracterização arquitetônica, é feita pelo Programa de Preservação do Núcleo Histórico de Paracatu (1984), cujo considera que edificações com descaracterização, são àquelas que passaram por reformas que alteraram às características originais, onde, muitas vezes, por meio de novas intervenções, é possível retornar às características originais (TURKIENICZ; MALTA, 1986). Desta forma, se considera que a descaracterização representa à perda das características e a sua nomenclatura, não tem à intenção de desqualificar o imóvel, mas sim, mensurar a sua preservação (Figura 3).

Figura 3: Modelo ilustrativo de um processo de descaracterização, por meio de análise comparativa. Em cima: uma edificação do estilo Eclético, considerada como íntegra; embaixo: a mesma edificação com um processo de descaracterização. Fonte: RODRIGHIERO, 2018.





Figura 4: Fluxograma do conceito de descaracterização. Fonte: RODRIGHIERO, 2018.

⁵A presente citação, refere-se ao Dicionário Histórico de Arquitetura, organizado em 1992 por Valéria Farinati e Georges Teyssot, que reúnem às principais considerações feitas por Quatremère de Quincy.

⁶A estética pode ser considerada sensível, pois é perceptível e visível por meio de impressões sensoriais (RODRIGHIERO, 2019).

⁷O significado cultural é inteligível, pois embora seja possível percebê-lo, a sua devida compreensão, demanda estudos aprofundados (RODRIGHIERO, 2019).

Por meio de tais premissas, o termo descaracterizar associa-se à perda, ausência ou alteração da sua caracterização, isto é, do seu caráter. Quatremère de Quincy (1992)⁵ é considerado como o principal teórico da arquitetura que dispõe acerca do caráter, onde, serviu de embasamento para os teóricos subsequentes, pois correlaciona o significado de caráter à marca, no qual, faz a transmissão da ideia do que representa àquela obra arquitetônica. Do ponto de vista conceitual, quando pensamos no caráter do Patrimônio, se pensa que este, integra à estética — atributo sensível⁶, e o significado cultural — considerado como inteligível⁷ (RODRIGHIERO, 2019), conforme ilustrado na Figura 4.

Conforme ilustrado acima, quando uma edificação passa por um processo de descaracterização, a sua estética, pode ser afetada. Inspirado no conceito de Vitruvio, Duplay (1985, P.156), descreve à estética como “verdadeiro, belo e bom” que é representada pela “forma, função e estrutura” e proporciona “prazer, estabilidade e conveniência”. De acordo com Rodrighiero (2019), a estética quando associada ao Patrimônio Cultural, representa tudo que congrega valor artístico, que sai do comum e que também está embasado por meio do valor histórico e, tais considerações justificam, portanto, a sua preservação.

À estética associa-se ao gosto e, por isso, é mutável de acordo com a época na qual é disseminada (RODRIGHIERO, 2019). Por isso, podemos considerar que esta, integra o estilo e a tipologia. O estilo para Ching (2010, P.140) faz referência a uma “forma particular ou distintiva de expressão artística, característica de [...] período” e a tipologia, representa o estudo do tipo, que é considerada por Argan (1966) como uma produção em série, um agrupamento de um programa de necessidades que, foram ordenados e inseridos a uma categoria ou classe. Para mais, o tipo denota um “modo de organização” que está intimamente ligado a uma concessão histórica, que pode (ou não) mudar de acordo com o desenvolvimento histórico (ARGAN, 1966, P.3).

Similarmente à estética, o significado cultural de um bem arquitetônico, também pode ser afetado com a descaracterização. Isso por que, quando uma obra arquitetônica é descaracterizada, além de perder suas características originais, o seu significado cultural,

⁸A atribuição de significado a um bem cultural, isto é, a sua patrimonialização, abrange diversas questões, podendo envolver inclusive argumentos históricos e artísticos. Por isso, a perda de características, também representa a perda da história.

⁹Principal teórico da conservação e restauração e responsável pela criação da teoria de valores, no qual busca a associação de diferentes valores ao patrimônio cultural.

¹⁰Oriundo do Programa Monumenta, teve como principal finalidade instruir os proprietários sobre a preservação de imóveis inventariados.

¹¹Desde que adaptadas à cada realidade de sua cidade.

¹²Através de análise de fotografias, por meio da fotografia atual e a fotografia mais antiga que se tem dos imóveis.

¹³Que nesse caso, seriam os graus de descaracterização.

que está diretamente associado à sua patrimonialização⁸, pode ser comprometido. Assim, quando se pensa em caracterização de Patrimônio Cultural, também se faz referência ao significado cultural que lhe foi atribuído, nos quais, relaciona-se ao sentido de autenticidade, integridade, identidade, memória e valor (RODRIGHIERO, 2019).

Partindo deste ponto de vista, podemos considerar que estes termos estão todos interligados. A autenticidade, está intimamente ligada com a veracidade, sobre aquilo “que é dado como certo, sobre o qual não há dúvidas” (BRÁSILIA, 1995, P. 3) e à integridade, associa-se ao quanto das características do bem ainda permanecem intactas, sendo considerada como à “medida da conservação em sua totalidade do estado original do Patrimônio construído e de seus atributos” (DOCUMENTO DE MADRID, 2011, P. 10, tradução nossa).

Similarmente, à memória representa as nossas lembranças e à identidade o nosso senso de pertencimento e, ambos os termos, se tornam essenciais quando falamos de Patrimônio pois, denota representatividade e memória coletiva. Por fim, o valor, por meio da teoria de valores de Riegl⁹, transfigura à valoração do Patrimônio, a não ser valorado por si só, mas, através de seus valores que lhes eram atribuídos, sendo os principais: Valor Artístico, Valor de Rememoração e Valor de Contemporaneidade.

Método de análise da descaracterização

Conforme apresentado anteriormente, o método foi elaborado devido à ausência de uma metodologia ou método que analise ou avalie a descaracterização do Patrimônio arquitetônico. O método foi construído ponderando, sobretudo, às questões estéticas, visto que, o comprometimento do significado cultural é uma consequência da descaracterização, onde, a principal finalidade, é analisar a descaracterização de fachadas e volumetrias. Desta forma, o método, além de ter todo o embasamento do referencial teórico apresentado, também teve como suporte a lei nº 4.568, III Plano Diretor de Pelotas — lei nº 5.502/2008 e as orientações dispostas no Manual do Usuário de Imóveis Inventariados¹⁰.

A estruturação do método teve como base os modelos pré-existentes nas fichas de preservação da cidade de Pelotas e São Lourenço (LUCKOW, 2010). Além disso, também foram ponderados alguns critérios de preservação que, ainda que aprovados em lei, podem ser considerados como descaracterizantes e por isso também foram pontuados. Embora tal método tenha sido estruturado acerca do Patrimônio Eclético de Pelotas, é possível, que a sua aplicação, também possa ser feita em outras cidades¹¹ onde, o Patrimônio Eclético é presente, pois, os critérios ponderados, foram às características do estilo e às intervenções que podem ser consideradas descaracterizantes.

Para mais, o método se enquadra no modelo do método comparativo e tipológico, pois, integra uma análise comparativa¹² e, também, a inserção dos imóveis em um tipo¹³ (MARCONI E LAKATOS, 2010). A construção do método, foi feita através de uma ficha de análise, no qual, por meio das pesquisas bibliográficas e de campo, foram identificadas as principais e frequentes descaracterizações nos prédios históricos. Essas descaracterizações foram pontuadas, tendo em vista o juízo de valor, isto é: as descaracterizações mais invasivas, conseqüentemente apresentaram uma pontuação maior. Partindo deste ponto de vista, o método está estruturado em quatro unidades,

sendo elas: Preservação, Forma, Superficial e Alteração, onde, cada uma dessas unidades, integram diferentes características com uma série de descaracterizações.

A unidade Preservação, faz referência aos níveis de preservação, que foram atribuídos por meio do III Plano Diretor em 2008. Essa característica, foi atribuída pelo fato dos níveis de preservação carregarem consigo uma análise prévia da preservação do imóvel, onde são levados em consideração as características arquitetônicas (intralote), relação do imóvel com seu entorno (leitura da paisagem) e a descaracterização (de forma superficial).

A unidade Forma, contempla às características “formais” da edificação, sendo elas, Volumetria, Cobertura, Vãos, Esquadrias e Elementos Decorativos, integrando as seguintes principais descaracterizações: Volumetria e cobertura - alteração na volumetria, substituição de telha e sobretudo, demolições; Vãos - integram-se os itens fechamento ou abertura de vãos ou gaterias; Esquadrias (Figura 5) – substituição de esquadrias, variação nas vitrines ou vidros; Elementos Decorativos – variação na platibanda, ornatos, ferragens, elementos escultóricos e elementos em pedra ou madeira.

Já unidade Superficial, aborda as descaracterizações acerca dos Revestimentos, Policromia e Elementos Descaracterizantes, tendo como ênfase tais descaracterizações: Revestimentos – acréscimo ou remoção de revestimentos; Policromia – seleção cromática adequada ou não; Elementos descaracterizantes – caixa de medição, grades, toldos, persianas e aparatos publicitários. Por fim, a unidade Alteração verifica a presença de Acréscimos e Desmembramento nos lotes.

O método, embora integrar as intervenções nas fachadas e volumetrias, no entanto, às alterações nas fachadas, apresentam maior peso do que às alterações na volumetria. Este critério foi estipulado, em razão da fachada apresentar maior “valor arquitetônico” quando comparada à volumetria, sob o ponto de vista estilístico, artístico e histórico. Para qualificar e ponderar o método com a pontuação adequada para cada descaracterização, foram aplicados três testes pilotos em edificações, que já haviam sido estudadas pela autora anteriormente.

Estes testes pilotos, foram aplicados diversas vezes, para ajustar a pontuação para cada descaracterização e, principalmente, a pontuação que enquadra as edificações

Figura 5: Recorte da estrutura do método de análise, da categoria Forma, característica Esquadria, com suas descaracterizações integrantes e pontuações. Fonte: RODRIGHIERO, 2018.

Esquadrias	Esquadrias Íntegras	0
	Substituição por esquadrias com características semelhantes (repetindo a forma) e/ ou inserção de vitrines (com a remoção de esquadrias)	1
	Substituição de esquadrias com alteração na forma (Verticalidade/Horizontalidade)	1,5
	Inserção de vitrines (sem a remoção das esquadrias)	0,5
	Variação nas esquadrias (mesma esquadria)	0,5
	Variação nos vidros coloridos	0,5

em um grau de descaracterização, até tornar-se adequada e condizente com o estado de preservação destas edificações. Desta forma, cada descaracterização possui uma pontuação, que é variável e ponderada com o juízo de valor, entre os valores 0; 0,5; 1; 1,5; 2; 5; 7; onde:

- 0 Ponto - Atribuído aquele imóvel que não apresentar descaracterização nas características;
- 0,5 ponto - Descaracterizações leves, tendo como exemplo a inserção de elementos descaracterizantes;
- 1 ponto - Descaracterizações leves e médias, como por exemplo a substituição de telha original por material diferente (Fibrocimento);
- 1,5 pontos - Descaracterizações médias, como por exemplo a substituição de esquadrias que afetam a forma de horizontalidade x verticalidade do vão;
- 2, 5 e 7 pontos - Associados às demolições, onde: 2 pontos (demolição total da volumetria ou cobertura); 5 pontos (demolição parcial da fachada); 7 pontos (demolição total da fachada).

Após aplicação do método, cada imóvel soma uma pontuação, e conseqüentemente, será enquadrado em um grau de descaracterização. Estes graus, foram baseados no Programa de Revitalização de Jaguarão - PRIJ (OLIVEIRA; SEIBT, 2005), pois é considerado como um dos programas pioneiros acerca da definição dos graus de descaracterização. No entanto, embora os conceitos tenham sido baseados no PRIJ, este, não apresenta uma pontuação ou uma maneira de enquadrar tais edificações, além de, somente, o juízo de valor. Desta forma, tendo os conceitos apresentados por Oliveira e Seibt (2005), foram mensuradas as seguintes pontuações:

- Íntegro (0 -1,0): Os inseridos neste grau, apresentam somente uma descaracterização leve e que conseqüentemente, não afeta a obra;
- Grau I (1,1 -3,0): Incidência de descaracterizações leves;
- Grau II (3,1 – 5,0): Incidência de descaracterizações médias;
- Grau III (5,1 – 6,9): Incidência de descaracterizações graves;
- Grau IV (Acima de 7,0): Sucessivas descaracterizações sejam elas leves, médias e graves que afetam diretamente na composição da edificação.

Aplicabilidade e eficiência do método

Para denotar a eficiência na aplicabilidade do método, foi selecionado um recorte de análise do estudo na cidade de Pelotas: Zona de Preservação 01, que representa o primeiro núcleo urbano da cidade. Nesta zona, constam 622 inscrições, no entanto, foram estipulados os seguintes critérios para selecionar a amostra: Eclético e Eclético de Transição, classificados com fachada íntegra e com descaracterização posterior ao inventário e, inseridos no nível 02¹⁴, o que reduziu a amostra para 378 inscrições, que representam 333 imóveis¹⁵. Tais critérios, foram determinados para assegurar que às edificações analisadas, integrassem nos seus registros de inventário, sobretudo, fotografias ainda com as suas características originais e, atualmente, apresentassem índices relevantes de preservação.

¹⁴ Critérios descritos no Sistema da SECULT, porém, desatualizados, pois, alguns imóveis classificados como íntegro, na aplicação do método, apresentaram descaracterizações. A Secretaria está trabalhando para atualizar as classificações, que devem ser publicadas até o fim de 2019. Apesar disso, tal desatualização não interfere no resultado final deste método.

¹⁵ Alguns imóveis, devido ao processo de desmembramento, apresentam mais de uma inscrição.

¹⁶Elaborado pelo poder público em parceria com a Universidade Federal de Pelotas.

Figura 6: Exemplo de análise comparativa, de imóvel de tipologia Corredor Central, denominado “Corredor Central-02” e classificado no método como íntegro; em 1983 (em cima) e em 2018 (embaixo). Fonte: NEAB, 1983; RODRIGHIERO, 2018.

A partir destes 333 imóveis, foram identificadas as principais tipologias do estilo Eclético. Devido à maior incidência de determinadas tipologias, foi selecionado uma amostragem de 31 imóveis, com a presença das seguintes tipologias: 10 imóveis de corredor lateral, 4 imóveis de esquina, 4 imóveis de corredor central, 3 imóveis porta e janela, 3 imóveis sobrados, 3 imóveis outros, 2 imóveis sobrados de esquina e 2 imóveis entradas laterais. Para aplicar o método em tais imóveis, se utilizou como referência de estudo, às fotografias dos Inventários de 1983¹⁶, 1987 ou 1998, comparadas, portanto, com às fotografias de 2018, que foram feitas por meio de registros fotográficos na pesquisas de campo.

Logo, o método de análise foi aplicado similarmente nos 31 imóveis, e todos foram inseridos em um grau de descaracterização. No íntegro, foram inseridas apenas 3 edificações, nas quais, somaram de 0 a 1 ponto. Todas estas, apresentaram um ótimo índice de preservação, pois não há incidência de descaracterizações invasivas, somente, em alguns casos, a presença de um elemento descaracterizante. Na primeira análise (Figura 6), o imóvel somou em sua pontuação, somente um elemento descaracterizante — grade, na sua porta principal.





Figura 7: Exemplo de análise comparativa, de imóvel de tipologia Corredor Central, denominado “Corredor Central-03” e classificado no método com grau I; em 1987 (em cima), e em 2018 (embaixo). Fonte: SECULT, 1987; ODRIGHIERO, 2018.

Já no grau I, foram inseridas boa parte das edificações da amostragem e, todas somaram entre 1,1 a 3,0 pontos. Neste grau, nas 10 edificações enquadradas, ainda constam edificações com ótima preservação, no entanto, com maior incidência de descaracterizações leves, porém, não tão invasivas a ponto de afetar a leitura da obra. Conforme a ilustra a análise comparativa da Figura 7, foi identificado a presença de três elementos descaracterizantes, sendo a: inserção de toldo, grades e aparato publicitário.

O grau II, integra os imóveis que somaram entre 3,1 a 5,0 pontos. Neste, foram inseridas 9 edificações, nas quais, ainda apresentam bom índice de preservação, mas além das descaracterizações leves, também podem possuir descaracterizações médias que, até certo ponto, podem comprometer a leitura da obra. O terceiro exemplo (Figura 8),

denota uma edificação de corredor lateral, que apresentou como descaracterização: substituição de telha original por telha cerâmica (similar), abertura de vãos, substituição de esquadrias com alteração de forma.

No grau III, somente 3 edificações somaram entre 5,1 a 6,9 pontos e foram inseridas neste grau. Diferente dos anteriores, nestes imóveis, já é possível verificar a presença de descaracterizações leves, médias e também graves, que podem afetar diretamente na arquitetura da obra. O quarto exemplo (Figura 9), apresenta as descaracterizações de uma edificação de tipologia corredor lateral, onde foram identificadas a substituição de telha original por telha fibrocimento (material diferente), abertura de vãos, substituição de esquadrias com alteração na verticalidade e horizontalidade, variação nos elementos em massa e a presença de elementos descaracterizantes, como toldos e aparato publicitário.

Figura 8: Exemplo de análise comparativa, de imóvel de tipologia Corredor Lateral, denominado "Corredor Lateral-01" e classificado no método com grau II; em 1987 (em cima), e em 2018 (embaixo). Fonte: SECULT, 1987; RODRIGHIERO, 2018.





Figura 9: Exemplo de análise comparativa, de imóvel de tipologia Corredor Lateral, denominado “Corredor Lateral-06” e classificado no método com grau III; em 1987 (à esquerda), e em 2018 (à direita). Fonte: SECULT, 1987; RODRIGHIERO, 2018.

No último grau, estão inseridas 6 edificações, que somaram 7 pontos ou mais. Este grau, se difere dos demais pois, integra somente os imóveis que apresentam um alto índice de descaracterização, com um conjunto de descaracterizações leves, médias e graves. Para mais, tais descaracterizações, podem ser invasivas a tal ponto que podem comprometer, inclusive, o estilo e a tipologia da obra. O último exemplo (Figura 10) apresentado, denota tais apontamentos, visto que, na edificação são verificadas a presença de: fechamento de vãos, substituição de telha original por fibrocimento de esquadrias (com alteração na forma), aparato publicitário, acréscimo de paredes, acréscimo e remoção de revestimentos e, alteração na sua volumetria — que não foi possível identificar se foi demolição completa ou não.

Por fim, durante a aplicação do método, não foi identificado nenhum problema ou dificuldade. Além disso, o método também pode ser considerado como eficiente pois, os imóveis inseridos nos graus menores (Íntegro e grau I), consequentemente, estão mais preservados e apresentam menor quantidade de descaracterização. Em contrapartida, nos graus mais elevados (III e IV), constam as edificações com um conjunto de descaracterizações médias e graves, no qual, podem ter questões associadas à estética e ao significado cultural, consequentemente, comprometidos. Além disso, a própria inserção a um grau de descaracterização, também condiz com a avaliação ponderando o juízo de valor, isto é: maior quantidade de intervenções malsucedidas, maior grau de descaracterização.



Considerações finais

Figura 10: Exemplo de análise comparativa de imóvel de tipologia Corredor-Central, denominado "Corredor Central 01" e classificado no método com Grau IV; em 1987 (em cima), e em 2018 (embaixo). Fonte: SECULT, 1987; RODRIGHIERO, 2018.

Ainda que Pelotas, apresente um conjunto de medidas de preservação para a salvaguarda do patrimônio, em contrapartida, ao analisarmos os prédios que apresentam intervenções inadequadas, é possível pressupor que estas não são suficientes ou não são eficientes para garantir a preservação e por consequência evitar a descaracterização. A ausência de um método para avaliar tais apontamentos, levou esta pesquisa a desenvolver um método específico para avaliar a descaracterização.

Durante a pesquisa, ao associarmos à teoria e à prática, foi possível verificar as questões teóricas se concretizando na prática: alguns imóveis tiveram a sua estética afetada, assim como a sua tipologia — visto que algumas edificações tiveram uma janela substituída por uma porta, o que compromete a leitura tipológica. Por outro lado, quando falamos de Patrimônio Cultural, automaticamente estamos falando, também de juízo de valor. Por isso, ao analisarmos os imóveis que foram estudados e, respectivamente o enquadramento em um dos graus de descaracterização, é adequado considerar que, caso não existisse um método para avaliar, seria possível pressupor, por meio do juízo de valor — embora de maneira ainda aleatória — de que estes, integrariam, os mesmos graus.

A incidência de edificações classificadas como “Íntegro” pela Secretaria, e que foram inseridas em graus elevados neste método, pode estar correlacionada a alguns aspectos: primeiramente, a própria desatualização da avaliação, segundo, a execução de intervenções após a avaliação feita pela Secretaria e por fim, a ausência de um método específico para apontar de maneira adequada e uniforme, os processos de descaracterização presentes nas edificações.

O método pode ser considerado como eficiente, pois contempla o que foi proposto nesta pesquisa: apresentar um método para avaliar a descaracterização, que é um processo que afeta a estética e pode comprometer o significado cultural de uma obra. Partindo deste ponto de vista, pode-se asseverar que o método tem por finalidade mensurar as descaracterizações e não busca desqualificar os imóveis, o tornando, portanto, condizente com a proposta inicial. Para mais, o desenvolvimento deste método denota uma inovação que pode, certamente, ser aplicada a outros imóveis do estilo Eclético.

Ainda que a pesquisa tenha sido elaborada através de um estudo de caso na cidade de Pelotas, muitas intervenções que proporcionam a descaracterização — inclusive os elementos descaracterizantes — estão dispostas em lei com diretrizes, mas, mesmo assim, foram inseridas no método. Isso por que, foram priorizados, acima de tudo, questões referentes à preservação e por isso, estes e outros apontamentos, foram inseridos no método. Por isso, os critérios selecionados, desde que adaptáveis, possibilitam a sua aplicação em outras localidades, na hipótese de que as edificações sejam Ecléticas.

Desta forma, a aplicabilidade deste método, não se restringe somente a uma região, mas sim, em diversas outras localidades com a presença do mesmo estilo. Tais apontamentos, levam esta pesquisa a transcender a área acadêmica e imergir no campo prático, pois, o método foi entregue à Secretaria Municipal da Cultura, em forma de um subproduto. A SECULT demonstrou interesse pela pesquisa e, está sendo estudada a possibilidade de aplicação do método, a fim de poder mensurar, o quanto, portanto, dos bens culturais ecléticos de Pelotas ainda se encontram preservados.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Liciane Machado; BASTOS, Michele de Souza. A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial. *Revista CPC*. São Paulo, v.1, n.2, 2006, p. 96-118.
- ARGAN, Giulio. *Enciclopedia Universale Dell'arte vol XIV Istituto per la Colaborazione Culturale*. Venezia Roma Firenze: Casa Editrice G.C. Sanzoni, 1966, p.1-16. Manuscrito sobre

Tipologias traduzido por Ana Lúcia Costa de Oliveira. Localizado em: Nucleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (UFPel)

BRASIL. *Constituição Federal (1988)*. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 27 de julho de 2017.

_____. *Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

CHING, Francis D.K. *Dicionário Visual de Arquitetura*. 2ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). *Documento de Madrid de 2011*. Disponível em: <<http://www.aeppas20.org/documento-de-madrid/>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2017.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A.C. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. 1ª Ed. São Paulo: EDART – São Paulo Livraria Editora Ltda, 1972.

DIOGO, Érica (Org.). *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2009. 285-292

DUPLAY, Claire et Michel. *Méthode Illustrée de Creation Architecturale*. Paris: Éditions du Moniteur., 1985.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista Nova Série*. nº1. São Paulo: Museu Paulista. 1993, P. 131 – 143.

GUTIERREZ, Ester. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999, 550p.

GUTIERREZ, Ramón. *Arquitetura Latino-Americana - textos para reflexão e polêmica*. São Paulo: Editora Nobel. Ano: 1989.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Carta de Brasília de 1995*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>>. Acesso em: 05 de Fevereiro de 2018.

JANTZEN, Sylvio Aroldo Dick; OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. *Renovação Urbana e reciclagem: Orientação para a prática de atelier*. Pelotas: Editora e Gráfica Livraria Mundial, 1996.

LUCKOW, Daniele Behling. *Arquitetura urbana e inventário*: São Lourenço do Sul. 2010. 184f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

MAHFUZ, Edson da Cunha - *Ensaio sobre a razão compositiva: Uma investigação sobre a natureza das relações entre as partes e o todo na composição arquitetônica*. Belo Horizonte: AP Cultural, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. Modernidade pelotense: a cidade e a arquitetura possível: 1940-1950. 1998. 185f. *Dissertação (mestrado em História do Brasil)* – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de; SEIBT, Maurício Borges. *Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão*. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2005.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa; SILVEIRA, Aline Montagna da. A preservação patrimonial em Pelotas: um olhar sobre a sua trajetória (1955-2014). In: *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*. Vol. 3. Pelotas/RS: PRÓ-CULTURA-RS/ Editora João Eduardo Keiber ME, 2014, p. 577-591.

- PELOTAS, P. M.; CULTURA, S. M. D. *Manual do usuário de imóveis inventariados*. Pelotas: Nova Prova, 2008.
- PELOTAS. *Lei Municipal nº 2.565 de 1980*. Institui o II Plano Diretor de Pelotas.
- _____. *Lei Municipal Nº 2.708 de 1972*. Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC).
- _____. *Lei Municipal nº 4.568 de 2000*. Define a delimitação das ZPPCs (Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural) e estabelece a proteção aos imóveis integrantes do Inventário do Patrimônio Histórico Cultural de Pelotas. Disponível em: <<http://www.gilbertocunha.com.br/informacoes/index.php?r=18&tit=Pelotas%20-%20Invent%20do%20Patrim%F4nio>> - acesso em 11 Maio de 2016.
- _____. *Lei Municipal nº 4.703 de 2004*. Atualiza a listagem dos imóveis protegidos pela Lei Municipal 4.568/2000.
- _____. *Lei Municipal nº 5.146, de 25 de julho de 2005*. Prevê a possibilidade da isenção de IPTU aos imóveis integrantes do Inventário através da Lei 4.878, atual 5.146/05.
- _____. *Lei Municipal nº 5.502 de 2008*. Institui o III Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências.
- PROENÇA, Maria das Graças Vieira. *História da Arte*. São Paulo: Editora Ática. 1997.
- QUATREMÈRE DE QUINCY, Antoine Chrystome. *Dizionario Storico di Architettura a cura di Valeria Farinati e Georges Teyssot*. 2ed. Veneza: Ed. Saggi Mansilio. 1992
- RIEGL, ALOIS. *O culto Moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*: Tradução Wener Rothschild Davidsohn. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. 88p.
- RINALDI, C. *Tombamento – um dos instrumentos da preservação do patrimônio cultural*. Monografia. Pelotas: UCPel, 1995.
- RODRIGHIERO, Juliana Cavalheiro. Descaracterização no Eclétismo da cidade de Pelotas/RS: Proposta de método de análise. 2019.398 f. *Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)* – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.
- ROIG, Carmem Vera. Futuro sem pretérito: as demolições do patrimônio edificado de Pelotas. 1997. 67 f. *Monografia (Especialização em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos)* – Instituto de Letras e Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1997.
- SANTOS, Carlos Alberto Ávila (Org.). *Eclétismo em Pelotas – 1870 – 1931*. Pelotas: Editora Universitária, 2014.
- SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Espelhos, máscaras, vitrines: estudo iconológico de fachadas arquitetônicas de Pelotas, 1870 -1930. 1997. f. *Dissertação (Mestrado em História)* - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 1997.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. O eclétismo na Arquitetura Pelotense até as décadas de 30 e 40. 1994. *Dissertação (Mestrado em Arquitetura)* – Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1993.
- TURKIENICZ, Benamy; MALTA, Maurício. Desenho urbano. *Anais do II SEDUR – Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. São Paulo: CNPq/FINEP/PINI, 1986.
- WEIMER, Günter. A fase historicista da Arquitetura no Rio Grande do Sul. In: *FABRIS, Annateresa (Org.) Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987.

Recebido [Nov. 13, 2018]

Aprovado [Ago. 23, 2019]